

**CICLO DE DEBATES
CEJUR/ESTÁGIO 2025**
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO | RJ

AO VIVO 29 DE MAIO
QUINTA-FEIRA, ÀS 18H

TEMA:
**SINDICATO: DESCONFIAR OU DEFENDER?
O LUGAR DO SINDICATO HOJE**

PALESTRANTES:

- JOSÉ REGINALDO INÁCIO**
Presidente da **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria**
- RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO**
Procurador do Trabalho e Coordenador de Ensino da **ESMPU**

MEDIAÇÃO

- ANDRÉ LUIZ RIEDLINGER TEIXEIRA**
Procurador do Trabalho

APRESENTAÇÃO

- TACIANA GUIMARÃES**
Assessora de Comunicação do **MPT-RJ**

HAVERÁ EMISSÃO DE CERTIFICADOS E TRADUÇÃO EM LIBRAS

AO VIVO NO YOUTUBE EM NOSSO CANAL (MPT-RJ)

MPT
Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro

Promoção: PRT 1 – MPT-RJ

Data: 29 de maio de 2025

Horário: 18h às 19h30

Transmissão: [Canal do YouTube – MPT-RJ](#)

pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, ocorrida nesta terça-feira, 27 de maio de 2025.

A tentativa de calar a Ministra, culminando em declarações de explícito desrespeito proferidas por parlamentares, é inaceitável e representa uma grave afronta, não apenas à figura da Ministra, mas à própria instituição do Senado e aos princípios fundamentais do debate democrático.

O Parlamento, casa do diálogo e da construção de consensos, não pode ser palco para intimidações e/ou manifestações que firam a dignidade e o decoro exigido de seus membros e no trato com autoridades constituídas.

Marina Silva é símbolo da luta ambiental e da resistência das mulheres brasileiras. Sua presença no governo e na história política do Brasil é patrimônio da nossa Democracia. Atacá-la não é apenas ofender uma ministra, é atentar contra as mulheres desse país, que além de merecerem respeito, são também a maioria de sua população.

Reiteramos nossa solidariedade à Ministra Marina Silva e conclamamos à Presidência do Senado Federal a tomar medidas cabíveis para que episódios lamentáveis como este não se repitam, assegurando um ambiente de respeito mútuo, essencial para o bom funcionamento das instituições e para a defesa do interesse público.

Brasília, 28 de maio de 2025

Nota de repúdio às agressões contra à Ministra Marina Silva no Senado Federal



A **Confederação Nacional de Trabalhadores na Indústria - CNTI**, manifesta sua solidariedade à **Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva** e defende o respeito, a Democracia e o diálogo nas instituições públicas.

Vimos a público manifestar nosso repúdio ao tratamento dispensado à Ministra, durante audiência

Cerimônia de posse de Márcia Lopes como Ministra das Mulheres realizada nesta quarta-feira (28)



A Secretária para Assuntos da Mulher, Juventude e Idoso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, **Sonia Zerino**, esteve participando na manhã desta quarta-feira (28/05), às 9:30h, da

cerimônia de transmissão de cargo entre a Ministra de Estado das Mulheres Cida Gonçalves e Márcia Lopes. A solenidade foi realizada no Teatro da Caixa Brasília-DF e contou com a presença de autoridades de governo e representantes de movimentos de mulheres e de organizações da sociedade civil.



Nomeada desde o dia 5 de maio pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Márcia Lopes assumiu desde então suas funções à frente da pasta do governo federal dedicada a formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres.



OPINIÃO – Energia Justa e Setor Forte



A criação da Nova Tarifa Social de Energia Elétrica garante justiça tarifária para milhões de famílias brasileiras e, ao mesmo tempo, consolida as bases de um sistema mais equilibrado e robusto

A assinatura da Medida Provisória da Reforma do Setor Elétrico, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia 21, marca um divisor de águas na política energética do País. Com essa iniciativa, o Brasil dá um passo decisivo rumo à modernização, à inclusão social e,

principalmente, ao fortalecimento estrutural do Setor Elétrico nacional.

Essa MP é mais do que uma resposta às necessidades urgentes da população mais vulnerável — ela representa também um redesenho estratégico do setor, com foco em eficiência, segurança energética e sustentabilidade econômica. A criação da Nova Tarifa Social de Energia Elétrica garante justiça tarifária para milhões de famílias brasileiras e, ao mesmo tempo, consolida as bases de um sistema mais equilibrado e robusto.

A medida vai além do alívio na conta de luz. Ela estabelece diretrizes claras para um setor elétrico mais justo e eficiente, corrigindo distorções históricas e ampliando o acesso à energia com responsabilidade fiscal. O fornecimento gratuito de energia para famílias com renda de até meio salário mínimo e consumo de até 80 kWh/mês beneficiará diretamente cerca de 16 milhões de pessoas. Outros grupos, como indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e idosos no BPC, também terão garantias específicas de acesso — o que representa uma ampliação inédita do alcance das políticas públicas no setor.

Mas a verdadeira inovação está na reestruturação do modelo. Ao permitir que, a partir de 2027, qualquer consumidor — inclusive o residencial — possa escolher seu fornecedor de energia, a MP introduz um novo paradigma de liberdade de escolha, concorrência e transparência. Essa abertura de mercado favorece o surgimento de novos agentes, estimula o uso de fontes mais limpas e reposiciona o Brasil em direção a um futuro energético mais moderno.

Além disso, a reforma fortalece o setor ao introduzir medidas que promovem o equilíbrio econômico-financeiro, com revisão de subsídios, repartição mais justa de encargos e uma regulamentação mais transparente da autoprodução de energia. Essas ações reduzem riscos, aumentam a previsibilidade dos investimentos e asseguram a sustentabilidade do sistema a longo prazo, sem comprometer contratos já estabelecidos.

No Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, vemos essa medida como uma conquista histórica. Trata-se de uma vitória do povo, que passa a ter acesso mais justo e seguro à energia, e também dos trabalhadores do setor, que há décadas denunciam os desequilíbrios e lutam por uma estrutura mais sólida e democrática. O fortalecimento do setor elétrico significa mais estabilidade para quem nele trabalha, mais eficiência para quem o opera e mais dignidade para quem dele depende — ou seja, todos nós.

A energia é um direito básico, não um privilégio. O papel do Estado é garantir que ela seja acessível, justa e sustentável. A Medida Provisória da Reforma

**Brasília-DF, 29 de maio de 2025**

do Setor Elétrico vai nesse sentido e merece todo nosso apoio. Estaremos atentos à sua tramitação no Congresso Nacional, defendendo os interesses da nossa categoria e de toda a sociedade.

Um sistema elétrico forte é sinônimo de soberania, justiça social e desenvolvimento. O Brasil está, enfim, na direção certa.

Eduardo Anunciato – Chicão

Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente – FENATEMA
Diretor de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)
Vice-presidente da Força Sindical

Fonte: Eletricitarios.org.br

Brasil abre 257.528 vagas formais de trabalho em abril, muito acima do esperado

O resultado do mês passado foi fruto de 2.282.187 admissões e 2.024.659 desligamentos



O Brasil abriu 257.528 vagas formais de trabalho em abril, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério do

Trabalho e Emprego.

O resultado do mês passado foi fruto de 2.282.187 admissões e 2.024.659 desligamentos e ficou muito acima da expectativa de economistas apontada em pesquisa da Reuters de criação líquida de 175.000 vagas.

Esse foi o maior resultado para o mês na série histórica do Novo Caged, que contabiliza os dados a partir de 2020, e o melhor desde 2012, quando a metodologia usada para monitorar os números era diferente.

Em relação aos 12 meses anteriores, o saldo de abril ficou atrás apenas do de fevereiro, que foi atipicamente elevado, com criação de 438.871 vagas. Já em abril de 2024, foram abertos 239.886 postos.

No acumulado do ano, o saldo positivo é de 922.362 postos de trabalho, o segundo resultado mais elevado da série histórica do Novo Caged, atrás apenas de 2024, com abertura de 965.818 vagas no mesmo período.

Fonte: Reuters

Senador Plínio Valério deve desculpas à ministra Marina e ao povo brasileiro

Ministra Marina Silva, Agência Brasil

O espetáculo grotesco encenado pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM) contra a ministra Marina Silva é motivo de vergonha para todos nós.

É inaceitável que, ainda hoje, precisemos reivindicar o básico: respeito e civilidade.

A gravidade da situação se intensifica quando a ofensa vulgar é dirigida a uma mulher combativa e representativa, como é o caso da ministra do Meio Ambiente.

Esse episódio lamentável acende um alerta sobre a urgência de fortalecer a luta pela igualdade de gênero e pelo respeito às mulheres. Além disso, ao revelar o desprezo pelo meio ambiente e desrespeitar o espaço democrático do parlamento, evidencia também a necessidade de reafirmar o compromisso com a sustentabilidade e com a ética no Congresso Nacional, enquanto instância legítima de representação política da nação.

São causas diante das quais não podemos baixar a guarda. É por meio dessas lutas que garantimos a democracia.

Exigimos uma retratação pública do senador Plínio Valério, bem como um pedido de desculpas à ministra Marina Silva e ao povo que ele, como parlamentar, tem o dever de representar.

São Paulo, 27 de maio de 2025

Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

José Gozze, presidente da Pública, Central do Servidor

Fonte: NCST



Brasília-DF, 29 de maio de 2025

Paim critica pejetização e alerta para ameaça aos direitos trabalhistas



Jefferson Rudy / Agência Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento no Plenário na segunda-feira (26), criticou o avanço da pejetização, prática em que empresas contratam trabalhadores como pessoa jurídica (PJ) para evitar vínculos formais com carteira assinada. Segundo ele, essa modalidade enfraquece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compromete a Previdência Social e retira direitos básicos dos trabalhadores.

Para o senador, a pejetização fragiliza os direitos trabalhistas porque o modelo de contratação disfarça vínculos formais de emprego, mantendo características como jornada definida, subordinação e salário fixo, mas sem garantir os direitos previstos na CLT, como férias, 13º salário, FGTS e seguro-desemprego.

— Embora frequentemente utilizada para reduzir encargos trabalhistas e tributários, essa prática se configura como fraude ao ocultar uma relação empregatícia tradicional. Nesses casos, o contratante mantém características típicas do vínculo empregatício: tem que ter jornada, subordinação, pessoalidade, salário fixo e trabalho presencial. Quando identificada como fraude, a pejetização pode levar à condenação do contratante ao pagamento de todos os direitos não quitados, além de multas e outras penalidades — afirmou.

Paim também criticou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu processos que discutem a legalidade da pejetização. Ele alertou que a medida amplia a precarização do trabalho e enfraquece a atuação da Justiça do Trabalho.

— E imprescindível fortalecer a Justiça do Trabalho. Durante a tramitação da reforma trabalhista já alertavam para os perigos da terceirização ilimitada. E o Supremo decidiu que a terceirização pode ser

inclusive da atividade-fim, lamentavelmente, o que ampliou a possibilidade da terceirização de tudo, sem limite — observou.

O parlamentar também apontou que a pejetização cresceu de 8,5% em 2015 para 14,1% em 2023, afetando cerca de 20 milhões de trabalhadores. Ele mencionou dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que indicam uma perda de R\$ 89 bilhões aos cofres públicos desde a reforma trabalhista. Paim ressaltou que a prática atinge diversas categorias, como jornalistas e trabalhadores de aplicativos, que atuam sem direitos básicos, como férias, décimo terceiro e previdência.

— Essa prática corrosiva fragiliza o pacto social brasileiro e exige uma resposta firme. Em manifestação protocolada no Tribunal Superior do Trabalho, a Federação Nacional dos Jornalistas argumenta que a pejetização tem sido usada de forma indiscriminada para mascarar vínculos formais de emprego, resultando na supressão dos direitos dos trabalhadores, inclusive da sua previdência — ressaltou.

Fonte: Agência Senado

Logo of CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) and NCST Nova Central.

MAIO LILÁS

LEI Nº 14.611 DE 2023
IGUALDADE SALARIAL
e de critérios remuneratórios entre
HOMENS E MULHERES.

Campanha Maio Lilás
“CLT: Quem conhece, defende!”

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

2025